



Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

31 de dezembro de 2019 e 2018

Com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial



31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	2
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstração dos resultados.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

O Grupo

O Grupo Rendimento, através das suas controladas, atua de forma consolidada no mercado de câmbio, destacando-se como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira para instituições financeiras, pessoas físicas, pessoas jurídicas e outros agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Oferece aos seus clientes serviços como arrecadação de tributos de veículos automotores, transferências internacionais, recebimento de recursos do exterior, remessas, abertura de conta corrente em moeda estrangeira e cartões pré-pagos nacionais e internacionais como o VTM – Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.

Atua no Middle Market, nas modalidades de empréstimos, financiamentos, descontos de títulos, CDC, antecipação de recebíveis, fianças, repasses do BNDES e comércio exterior.

Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

A estrutura de governança encontra-se aderente aos pressupostos de controles internos e de gerenciamento de riscos e capital, compatíveis com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e com a devida dimensão da exposição aos riscos, assegurando a sustentabilidade dos negócios.

A Área de Riscos e Capital atua de forma independente e mantém estabelecidas diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Administração com foco no cumprimento dos requerimentos do regulador e na geração e preservação de valor econômico do Grupo.

Auditor Independente

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Grupo Rendimento. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração do Grupo Rendimento agradece aos seus clientes e parceiros, pela confiança, e aos seus colaboradores.

A Administração



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Aos Diretores e aos acionistas do
Banco Rendimento S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Rendimento S.A, que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações Financeiras individuais do Banco Rendimento S.A, Agillitas Soluções de Pagamentos toda. e da Cotação DTVM S.A

O Banco Rendimento S.A, Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. e a Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. elaboraram um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 18 de fevereiro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor.

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Dario Ramos da Cunha', is written over a circular stamp or seal.

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Balanços Patrimoniais em
 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



Ativo	Notas	2019	2018
Circulante		<u>2.273.618</u>	<u>2.108.426</u>
Disponibilidades	4	<u>360.735</u>	<u>317.804</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez		<u>519.988</u>	<u>721.296</u>
Aplicações no mercado aberto	4 e 5	<u>519.988</u>	<u>721.296</u>
Títulos e valores mobiliários	6b	<u>52.787</u>	<u>329</u>
Carteira própria		<u>52.787</u>	<u>329</u>
Instrumentos financeiros derivativos	7a	<u>148</u>	<u>109</u>
Instrumentos financeiros derivativos		<u>148</u>	<u>109</u>
Relações interfinanceiras		<u>351.362</u>	<u>195.109</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar		<u>348.563</u>	<u>193.779</u>
Depósitos no Banco Central		<u>1.758</u>	<u>1.288</u>
Correspondentes		<u>1.041</u>	<u>42</u>
Operações de crédito	8	<u>529.794</u>	<u>436.855</u>
Setor Privado		<u>529.794</u>	<u>436.855</u>
Operações de crédito		<u>545.205</u>	<u>449.675</u>
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		<u>(15.411)</u>	<u>(12.820)</u>
Outros créditos		<u>448.321</u>	<u>428.088</u>
Carteira de câmbio	9	<u>116.719</u>	<u>268.592</u>
Rendas a receber		<u>2.377</u>	<u>1.833</u>
Diversos	10	<u>331.636</u>	<u>159.611</u>
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8	<u>(2.411)</u>	<u>(1.948)</u>
Outros valores e bens		<u>10.483</u>	<u>8.836</u>
Outros valores e bens		<u>5.873</u>	<u>5.565</u>
Despesas antecipadas		<u>4.610</u>	<u>3.271</u>
Realizável a longo prazo		<u>525.604</u>	<u>486.255</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	<u>26.460</u>	<u>24.882</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros		<u>26.460</u>	<u>24.882</u>
Títulos e valores mobiliários	6	<u>104.682</u>	<u>98.777</u>
Carteira própria		<u>84.866</u>	<u>53.676</u>
Vinculados operações compromissadas		<u>6.595</u>	<u>3.862</u>
Vinculados a prestação de garantias		<u>13.221</u>	<u>41.239</u>
Relações interfinanceiras		<u>-</u>	<u>70</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar		<u>-</u>	<u>70</u>
Operações de crédito	8	<u>210.034</u>	<u>176.047</u>
Setor privado		<u>210.034</u>	<u>176.047</u>
Operações de crédito		<u>214.010</u>	<u>178.655</u>
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		<u>(3.976)</u>	<u>(2.608)</u>
Outros créditos		<u>184.428</u>	<u>185.471</u>
Diversos	10	<u>184.428</u>	<u>185.471</u>
Outros valores e bens		<u>-</u>	<u>1.008</u>
Despesas antecipadas		<u>-</u>	<u>1.008</u>
Permanente		<u>33.058</u>	<u>20.884</u>
Investimentos		<u>606</u>	<u>378</u>
Outros investimentos		<u>606</u>	<u>378</u>
Imobilizado de uso		<u>24.612</u>	<u>17.861</u>
Imóveis de uso		<u>1.887</u>	<u>1.967</u>
Outras imobilizações de uso		<u>61.623</u>	<u>51.738</u>
(Depreciações acumuladas)		<u>(38.898)</u>	<u>(35.844)</u>
Intangível		<u>7.840</u>	<u>2.645</u>
Ativos intangíveis		<u>19.933</u>	<u>13.437</u>
(Amortização acumulada)		<u>(12.093)</u>	<u>(10.792)</u>
Total do ativo		<u>2.832.280</u>	<u>2.615.565</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Balanços Patrimoniais em
 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



Passivo	Notas	2019	2018 ⁽¹⁾
Circulante		<u>1.399.205</u>	<u>1.165.632</u>
Depósitos	11	<u>617.047</u>	<u>373.722</u>
Depósitos à vista		257.407	204.677
Depósitos interfinanceiros		2.009	2.012
Depósitos a prazo		323.897	138.834
Outros depósitos		33.734	28.199
Captações no mercado aberto		<u>240</u>	<u>-</u>
Carteira própria		240	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	<u>80.558</u>	<u>71.337</u>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		80.558	71.337
Relações interfinanceiras		<u>42.659</u>	<u>13.783</u>
Recebimentos e pagamentos a liquidar		11.948	6.210
Correspondentes		30.711	7.573
Relações interdependências		<u>70.726</u>	<u>50.090</u>
Recursos em trânsito de terceiros		70.726	50.090
Obrigações por empréstimos	12	<u>46.092</u>	<u>16.371</u>
Empréstimos no exterior		46.092	16.371
Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	12	<u>29.647</u>	<u>41.850</u>
BNDES		20.743	35.989
FINAME		8.904	5.861
Outras obrigações		<u>512.236</u>	<u>598.479</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.943	3.076
Carteira de câmbio	9	66.999	214.329
Sociais e estatutárias		22.480	16.409
Fiscais e previdenciárias	13a	59.769	58.200
Negociação e intermediação de valores	7a	40	614
Diversas	13b	360.005	305.851
Exigível a longo prazo		<u>1.077.625</u>	<u>1.140.244</u>
Depósitos	11	<u>876.948</u>	<u>944.817</u>
Depósitos a prazo		876.948	944.817
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	<u>132</u>	<u>1.558</u>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		132	1.558
Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	12	<u>57.276</u>	<u>55.655</u>
BNDES		40.780	50.574
FINAME		16.496	5.081
Outras obrigações		<u>143.269</u>	<u>138.214</u>
Diversas	13b	143.269	138.214
Resultados de exercícios futuros		<u>260</u>	<u>275</u>
Resultados de exercícios futuros		260	275
Patrimônio líquido	16	<u>355.190</u>	<u>309.414</u>
Capital		<u>230.000</u>	<u>107.370</u>
De domiciliados no país		230.000	107.370
Reserva de lucros		<u>91.851</u>	<u>124.222</u>
Ajustes de avaliação patrimonial		(1)	(2)
Participações de não controladores		<u>33.340</u>	<u>77.824</u>
Total do passivo		<u>2.832.280</u>	<u>2.615.565</u>

(1) Saldos reapresentados conforme nota 2.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração dos Resultados
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2º	Exercícios	
		Semestre	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		269.451	515.567	479.801
Operações de crédito		83.847	166.972	142.565
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		19.860	45.311	55.231
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	(3.347)	(716)	11.363
Resultado de operações de câmbio		169.091	304.000	270.642
Despesas da intermediação financeira		(47.762)	(97.791)	(82.524)
Captações no mercado		(32.835)	(68.314)	(60.275)
Empréstimos e repasses		(6.075)	(10.420)	(10.232)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(8.852)	(19.057)	(12.017)
Resultado bruto da intermediação financeira		221.689	417.776	397.277
Outras receitas/despesas operacionais		(151.171)	(299.299)	(290.532)
Receitas de prestação de serviços	17	73.140	129.995	103.962
Despesas de pessoal	18	(94.794)	(182.154)	(164.812)
Outras despesas administrativas	19	(72.060)	(134.517)	(125.796)
Despesas tributárias	20	(20.230)	(37.017)	(32.227)
Outras receitas operacionais		17.380	28.721	15.395
Outras despesas operacionais	21	(54.607)	(104.327)	(87.054)
Resultado operacional		70.518	118.477	106.745
Resultado não operacional		(177)	(228)	2.674
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		70.341	118.249	109.419
Imposto de renda e contribuição social	14	(23.350)	(36.823)	(42.761)
Imposto de renda		(18.830)	(30.767)	(27.071)
Contribuição social		(12.344)	(19.633)	(22.387)
Ativo fiscal diferido		7.824	13.577	6.697
Participações estatutárias no lucro		(4.682)	(6.663)	(4.270)
Lucro líquido do semestre/exercício		42.309	74.763	62.388
Atribuível aos:				
Controladores		41.179	72.028	53.207
Não controladores		1.130	2.735	9.181
Total		42.309	74.763	62.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	Capital	Reservas de Lucros		Ajustes a valor Patrimonial	Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação de Não controladores	Total
			Legal	Outras					
Saldos em 31 de dezembro de 2017		107.370	6.190	87.345	(4)	-	200.901	77.533	278.434
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	53.207	53.207	9.181	62.388
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	2	-	2	-	2
Constituição de reserva legal		-	2.661	-	-	(2.661)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	37.396	-	(37.396)	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	(9.370)	-	-	(9.370)	(5.000)	(14.370)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(13.150)	(13.150)	(3.890)	(17.040)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16	107.370	8.851	115.371	(2)	-	231.590	77.824	309.414
Aumento de capital		122.630	(5.851)	(72.148)	-	-	44.631	-	44.631
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	(44.549)	(44.549)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	72.028	72.028	2.735	74.763
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	1	-	1	(7)	(6)
Constituição de reserva legal		-	3.601	-	-	(3.601)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	59.727	-	(59.727)	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	(17.700)	-	-	(17.700)	(1.583)	(19.283)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(8.700)	(8.700)	(1.080)	(9.780)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16	230.000	6.601	85.250	(1)	-	321.850	33.340	355.190
Saldos em 30 de junho de 2019		230.000	4.542	37.223	(26)	20.607	292.346	33.790	326.136
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	41.179	41.179	1.130	42.309
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	25	-	25	3	28
Constituição de reserva legal		-	2.059	-	-	(2.059)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	59.727	-	(59.727)	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	(11.700)	-	-	(11.700)	(1.583)	(13.283)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16	230.000	6.601	85.250	(1)	-	321.850	33.340	355.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	Exercícios		
		2º Semestre	2019	2018 ⁽¹⁾
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro Líquido ajustado do semestre/exercício		57.082	98.540	88.143
Lucro líquido do semestre/exercício		42.309	74.763	62.388
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		14.773	23.776	25.755
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		55	(39)	458
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		8.852	19.057	12.017
Depreciações e amortizações		2.491	4.996	5.468
Impostos diferidos	14a	(7.824)	(13.577)	(6.697)
Atualização monetária de contingências		2.122	4.449	4.727
Atualização monetária de depósitos judiciais		(2.241)	(4.681)	(4.943)
Provisões/reversões operacionais		11.319	13.572	14.724
Variação de ativos e passivos		(13.642)	(210.766)	199.737
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.544)	(1.578)	1.257
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		(3.898)	(58.369)	87.071
(Aumento) em relações interfinanceiras		(41.797)	(127.307)	(102.708)
Redução/(aumento) em relações interdependências		27.389	20.636	(32.123)
(Aumento) em operações de crédito		(24.481)	(144.456)	(116.922)
Redução/(aumento) em outros créditos		43.790	(2.458)	118.326
(Aumento)/redução em outros valores e bens		(1.032)	(639)	3.820
Aumento em depósitos		167.092	175.456	548.118
(Redução)/aumento em captações no mercado aberto		(5.056)	240	-
(Redução)/aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(6.110)	7.795	17.096
(Redução)/aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(13.998)	19.139	36.841
(Redução) em outras obrigações		(153.985)	(99.210)	(360.870)
(Redução) em resultado de exercícios futuros		(12)	(15)	(169)
Caixa líquido gerado/(aplicado) em atividades operacionais		43.441	(112.226)	287.880
Fluxo das atividades de investimentos				
Redução de participação de não controladores		-	(44.549)	-
Aquisição de investimentos		(115)	(229)	(306)
Redução de imóveis de uso		-	80	-
Aquisição de imobilizado de uso		(11.956)	(18.676)	(14.711)
Alienação de imobilizado de uso		8.135	8.151	5.202
Aplicação no intangível		(5.831)	(6.546)	(1.090)
Redução de intangível		50	50	-
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos		(9.717)	(61.719)	(10.905)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	16	-	44.631	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	16	-	(9.780)	(17.040)
Pagamento de dividendos	16	(13.283)	(19.283)	(14.370)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		(13.283)	(15.568)	(31.410)
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		20.441	(158.377)	245.565
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		860.282	1.039.100	793.535
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	880.723	880.723	1.039.100
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		20.441	(158.377)	245.565

(1) Saldos rerepresentados conforme nota 2.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

O Banco Rendimento S.A. é a instituição líder do Conglomerado Prudencial, é uma sociedade anônima de capital fechado, em conjunto com suas controladas (conjuntamente denominadas “Grupo Rendimento”) tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, inclusive carteira de câmbio, crédito, cartões pré-pagos e o exercício da administração de títulos e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e Circular nº 3.701/14, as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Em atendimento a Carta-Circular nº 3.951/19 o Grupo Rendimento realizou a revisão das classificações de contas em 2019, e para fins de comparabilidade as seguintes rubricas e saldos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2018:

Passivo Circulante	31 de dezembro 2018		
	Saldos apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Descrição			
Depósitos – outros depósitos	-	28.199	28.199
Relações interfinanceiras – recebimentos e pagamentos a liquidar	-	6.210	6.210
Outras obrigações – diversas	46.784	(34.409)	12.375

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 23 de março de 2020.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresa	Principal Atividade	País Sede	Controladas	(%) Participação
Banco Rendimento S.A.	Banco comercial com carteira de cambio	Brasil	Cotação Serviços Financeiros Ltda.	99%
Banco Brasileiro de Negócios S.A. ⁽¹⁾	Banco múltiplo	Brasil	-	-
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	Correspondentes de instituições financeiras	Brasil	Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	85%
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	Agências de viagens	Brasil	-	-
Cotação DTVM S.A	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	Brasil	Action Empreendimento e Participações Ltda.	100%
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	Outras sociedades de participação, exceto holdings	Brasil	-	-
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	Operadoras de cartões de débito	Brasil	-	-

Demonstramos a seguir as posições de patrimônio líquido e resultado das Empresas do Grupo:

Empresa	2019		2018	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/(Prejuízo)	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/(Prejuízo)
Banco Rendimento S.A.	321.850	72.028	231.590	53.207
BBN Banco Brasileiro de Negócios S.A. ⁽¹⁾	-	-	44.549	1.889
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	21.873	883	20.990	875
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	483	4	479	(83)
Cotação DTVM S.A.	25.086	3.633	23.816	4.880
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	142	(126)	268	(571)
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	8.182	(898)	9.387	2.425

⁽¹⁾ Até 31 de dezembro de 2018, conforme nota explicativa 16.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram eliminados saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As



operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras do Banco Rendimento estão representadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados



subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 8.

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.



i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.

j) Intangível

São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução do Bacen nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

l) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia" sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes na data do balanço. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes



determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e 9% para as pessoas jurídicas em geral, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as Bancos, será elevada de 15% para 20% a partir de 01.03.2020, de acordo com a Emenda Constitucional 103/2019 até que entre em vigor lei que defina a alíquota da contribuição.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições, exclusões temporárias e base negativa/prejuízos fiscais. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Operações de Câmbio

A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do Bacen nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se as demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.



p) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, na data das demonstrações financeiras

q) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	360.735	317.804
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	519.988	721.296
Total	<u>880.723</u>	<u>1.039.100</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Aplicações em operações compromissadas – Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	250.000	356.500
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	260.002	363.002
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	9.986	1.794
Total posição bancada	<u>519.988</u>	<u>721.296</u>
Total do circulante	<u>519.988</u>	<u>721.296</u>
Realizável a longo prazo		
Aplicações em moeda estrangeira		
Aplicações em moeda estrangeira	26.460	24.882
Total de aplicações em moeda estrangeira	<u>26.460</u>	<u>24.882</u>
Total realizável a longo prazo	<u>26.460</u>	<u>24.882</u>
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>546.448</u>	<u>746.178</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2019			2018		
	Valor de Curva	Ajustes a Mercado	Valor de Mercado	Valor de Curva	Ajustes a Mercado	Valor de Mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria – Livres	437	-	437	329	-	329
Certificado de depósito bancário (CDB)	41	-	41	329	-	329
Cotas de fundos de investimento	396	-	396			
Total de títulos para negociação	437	-	437	329	-	329
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria – Livres	91.715	(2)	91.713	53.678	(2)	53.676
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	91.715	(2)	91.713	53.678	(2)	53.676
Vinculados a operações compromissadas	6.595	-	6.595	3.862	-	3.862
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	6.595	-	6.595	3.862	-	3.862
Vinculados a prestação de garantias	58.734	(10)	58.724	41.241	(2)	41.239
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	58.734	(10)	58.724	41.241	(2)	41.239
Total de títulos disponíveis para venda	157.044	(12)	157.032	98.781	(4)	98.777
Total de títulos e valores mobiliários	157.481	(12)	157.469	99.110	(4)	99.106

b) Composição por vencimento

	2019			2018		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Certificado de depósito bancário - CDB	41	-	41	329	-	329
Cotas de fundos de investimento	396	-	396	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	52.350	104.682	157.032	-	98.777	98.777
Total	52.787	104.682	157.469	329	98.777	99.106

Os títulos públicos, custodiados no Selic, foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante negativo de R\$ 6 (R\$ 28 positivo em 2018).

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo Rendimento opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção ("Hedge") contra o risco de mercado, que decorre principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de "Hedge" é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (Pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



a) Composição analítica das operações

Contratos de mercado futuro

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Bacen, são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	2019		2018	
	Valor de referência	Ajuste diário a receber/(pagar)	Valor de referência	Ajuste diário a receber/(pagar)
Contratos de futuros (i)				
Posição comprada				
Dólar	10.125	(40)	34.907	(283)
Total posição comprada	<u>10.125</u>	<u>(40)</u>	<u>34.907</u>	<u>(283)</u>
Posição vendida				
Dólar	-	-	44.245	(331)
Total posição vendida	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.245</u>	<u>(331)</u>
Total Contratos de Futuro	<u>10.125</u>	<u>(40)</u>	<u>79.152</u>	<u>(614)</u>

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a pagar no valor de R\$ 40 (R\$ 614 a pagar em 2018), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Contratos a termo NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física – NDF (Non Deliverable Forward) registrada na B3 é assim assumida:

	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	2019	2018
				Posição Líquida	Posição Líquida
Termo de moedas:					
Posição comprada					
Euro x Dólar	56.612	453	-	453	97
Dólar x Dólar Canadense	1.543	-	(11)	(11)	35
Total posição comprada	<u>58.155</u>	<u>453</u>	<u>(11)</u>	<u>442</u>	<u>132</u>
Posição vendida					
Euro x Dólar	11.322	-	(95)	(95)	(68)
Libra Esterlina x Dólar	5.325	-	(159)	(159)	3
Dólar Australiano x Dólar	1.415	-	(40)	(40)	42
Total posição vendida	<u>18.062</u>	<u>-</u>	<u>(294)</u>	<u>(294)</u>	<u>(23)</u>
Total NDF	<u>76.217</u>	<u>453</u>	<u>(305)</u>	<u>148</u>	<u>109</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Composição por vencimento

	2019	
	Até 3 meses	Total
Valor de referência – Compensação		
Contratos de futuro – Compra	10.125	10.125
Contratos a termo – Compra	58.155	58.155
Contratos a termo – Venda	18.062	18.062
Total	<u>86.342</u>	<u>86.342</u>

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2019	2018
Vinculados a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	<u>13.221</u>	<u>41.239</u>
Total	<u>13.221</u>	<u>41.239</u>

d) Resultado com instrumentos financeiros de derivativos

Os resultados obtidos com as operações de instrumentos financeiros de derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstrados a seguir:

	2019			2018		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Futuros	69.811	(68.796)	1.015	185.698	(170.557)	15.141
Operações a termo – NDF	690	(2.421)	(1.731)	1.811	(5.589)	(3.778)
Total	<u>70.501</u>	<u>(71.217)</u>	<u>(716)</u>	<u>187.509</u>	<u>(176.146)</u>	<u>11.363</u>



8. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira de crédito

	2019	2018
Operações de crédito		
Capital de giro	453.356	355.529
Conta garantida	130.273	113.000
BNDDES/FINAME	87.075	97.714
Financiamento em moeda estrangeira	46.467	23.628
Títulos descontados	11.772	13.730
Cédula de crédito de exportação	11.069	336
Cheque especial	10.174	10.301
Confissão de dívida	4.069	3.809
Crédito direto ao consumidor	2.378	5.759
Crédito pessoal	1.822	1.600
Adiantamento a depositantes	760	456
Recuperação judicial	-	2.468
Total	<u>759.215</u>	<u>628.330</u>
Outros créditos		
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 10)	243.696	99.658
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 9)	50.167	54.035
Rendas a receber (nota 9)	1.152	701
Devedores por compra de valores e bens	524	524
Total	<u>295.539</u>	<u>154.918</u>
Total Geral	<u>1.054.754</u>	<u>783.248</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.387)	(15.428)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.411)	(1.948)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(21.798)</u>	<u>(17.376)</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Composição da carteira – por tipo de cliente e atividade

	2019	2018
Pessoa jurídica - Setor privado		
Construção e imobiliário	254.829	116.719
Comércio	218.268	161.335
Serviços privados	123.241	133.057
Máquinas e equipamentos	81.895	63.701
Educação, saúde e outros serviços sociais	60.837	53.572
Químico e petroquímico	57.710	21.136
Financeiro	56.666	24.914
Transportes	49.092	39.375
Mineração	40.272	19.680
Madeira e móveis	33.940	28.839
Alimentos e bebidas	20.238	31.258
Têxtil e confecções	11.211	12.750
Siderurgia e metalurgia	8.469	6.644
Petróleo e gás natural	6.534	3.980
Agropecuário	9	31.148
Outros	19.909	22.575
Total	<u>1.043.120</u>	<u>770.683</u>
Pessoas físicas	<u>11.634</u>	<u>12.565</u>
Total da carteira	<u><u>1.054.754</u></u>	<u><u>783.248</u></u>

c) Composição da carteira por vencimento

	2019	2018
Vencidas:		
Acima de 14 dias	9.064	18.595
A vencer:		
até 90 dias	395.555	255.445
de 91 a 365 dias	436.125	330.098
acima de 365 dias	214.010	179.110
Total da carteira por vencimento	<u>1.054.754</u>	<u>783.248</u>

d) Concentração da carteira

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	320.144	30,35%	225.658	28,81%
50 seguintes maiores devedores	512.556	48,59%	430.003	54,90%
100 seguintes maiores devedores	148.521	14,08%	113.803	14,53%
Demais devedores	73.533	6,98%	13.784	1,76%
Total da carteira	<u>1.054.754</u>	<u>100,00%</u>	<u>783.248</u>	<u>100,00%</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

2019					
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas ⁽¹⁾	Total	Provisão ⁽²⁾
A	0,5	673.097	1	673.098	(3.365)
B	1,0	272.061	222	272.283	(2.723)
C	3,0	58.945	573	59.518	(1.786)
D	10,0	37.028	2.295	39.323	(3.932)
E	30,0	370	164	534	(160)
F	50,0	300	27	327	(163)
G	70,0	1	5	6	(4)
H	100,0	3.888	5.777	9.665	(9.665)
Total		1.045.690	9.064	1.054.754	(21.798)

2018					
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas ⁽¹⁾	Total	Provisão ⁽²⁾
A	0,5	404.824	-	404.824	(3.082)
B	1,0	268.917	15.101	284.018	(2.840)
C	3,0	68.318	52	68.370	(2.051)
D	10,0	14.627	88	14.715	(1.472)
E	30,0	113	1.271	1.384	(415)
F	50,0	195	127	322	(161)
G	70,0	7.496	40	7.536	(5.276)
H	100,0	163	1.916	2.079	(2.079)
Total		764.653	18.595	783.248	(17.376)

⁽¹⁾ A coluna "Vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações vencidas acima de 14 dias.

⁽²⁾ Em 2018 foi constituída provisão adicional no montante de R\$ 1.058, com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2019	2018
Saldo Inicial	(17.376)	(17.502)
Constituição	(28.665)	(16.972)
Reversão	9.608	4.955
Baixas de créditos contra prejuízo	14.635	12.143
Saldo Final	(21.798)	(17.376)



g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$ 33.840 (R\$ 14.710 em 2018).

Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$ 4.272 (R\$ 1.184 em 2018).

9. Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a carteira de câmbio do Grupo Rendimento está formada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo		
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	67.789	134.475
Direitos sobre venda de câmbio	47.835	134.818
(-) Adiantamentos em moedas nacionais recebidas	(57)	(1.402)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8)	1.152	701
Total do ativo circulante	<u>116.719</u>	<u>268.592</u>
Passivo		
Circulante		
Obrigações por compra de câmbio	67.241	134.797
Câmbio vendido a liquidar	47.727	131.795
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (nota 8)	(50.167)	(54.035)
Obrigações por vendas realizadas	2.198	1.772
Total do passivo circulante	<u>66.999</u>	<u>214.329</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



10. Outros créditos diversos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 8)(ii)	243.696	99.658
Crédito tributário (nota 14c)	34.532	14.472
Impostos e contribuições a compensar	24.654	27.860
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito (i)	6.156	3.514
Devedores diversos – país	4.981	10.192
Outros	17.617	3.915
Total do circulante	<u>331.636</u>	<u>159.611</u>
Realizável a longo prazo		
Devedores por depósito em garantia (nota 23b)	139.869	134.936
Crédito tributário (nota 14c)	43.363	49.865
Devedores por compra de valores e bens	524	-
Devedores diversos – país	212	-
Impostos e contribuições a compensar	460	214
Outros	-	456
Total realizável a longo prazo	<u>184.428</u>	<u>185.471</u>
Total	<u>516.064</u>	<u>345.082</u>

(i) Refere-se substancialmente, a liquidação das vendas do produto Visa Travel Money (VTM), com o Banco, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto.

(ii) Refere-se substancialmente as operações de Confirme.

11. Depósitos

a) Composição da carteira

	<u>2019</u>	<u>2018⁽¹⁾</u>
Depósitos à vista		
Pessoa jurídica	202.064	154.593
Pessoa física	52.336	50.084
Instituições financeiras	3.007	-
Total	<u>257.407</u>	<u>204.677</u>
Depósitos interfinanceiros		
Instituições financeiras	2.009	2.012
Total	<u>2.009</u>	<u>2.012</u>
Depósitos a prazo		
Pessoa jurídica	1.071.889	917.452
Pessoa física	126.414	152.945
Instituições financeiras	2.542	13.254
Total	<u>1.200.845</u>	<u>1.083.651</u>
Outros depósitos		
Contas de pagamento pré-paga	33.734	28.199
Total	<u>33.734</u>	<u>28.199</u>
Total de depósitos	<u>1.493.995</u>	<u>1.318.539</u>

⁽¹⁾ Conforme Carta-Circular nº 3.951/19, os saldos relativos a contas de pagamento pré-pagas foram reclassificados para a rubrica "Outros depósitos".

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Composição da carteira por vencimento

					2019	2018 ⁽¹⁾
	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos à vista	257.407	-	-	-	257.407	204.677
Depósitos interfinanceiros	-	2.009	-	-	2.009	2.012
Depósitos a prazo	-	55.851	268.046	876.948	1.200.845	1.083.651
Outros depósitos	33.734	-	-	-	33.734	28.199
Total de depósitos	291.141	57.860	268.046	876.948	1.493.995	1.318.539

(1) Saldo reapresentados conforme nota 2.

c) Concentração dos depositantes

	2019	2018 ⁽¹⁾
10 maiores depositantes	857.421	784.746
50 seguintes depositantes	343.831	249.303
100 seguintes depositantes	120.173	112.440
Demais depositantes	172.570	172.050
Total de depósitos	1.493.995	1.318.539

(1) Saldo reapresentados.

12. Obrigações por empréstimos e repasses e recursos de aceites e emissão de títulos

	2019				2018
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Recursos de aceites e emissão de títulos					
Letras de crédito imobiliário	21.105	59.453	132	80.690	57.425
Letras de crédito do agronegócio	-	-	-	-	15.470
Total	21.105	59.453	132	80.690	72.895
Obrigações por empréstimos					
Empréstimos no exterior	11.948	34.144	-	46.092	16.371
Total	11.948	34.144	-	46.092	16.371
Obrigações por repasses – Instituições Oficiais					
BNDDES	6.001	14.742	40.780	61.523	86.563
FINAME	2.351	6.553	16.496	25.400	10.942
Total	8.352	21.295	57.276	86.923	97.505
Total	41.405	114.892	57.408	213.705	186.771

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



13. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	9.370	8.742
Impostos e contribuições sobre os lucros	50.400	49.458
Total do circulante	<u>59.770</u>	<u>58.200</u>

b) Diversas

	2019	2018 ⁽¹⁾
Circulante		
Credores diversos no exterior (i)	185.471	203.109
Obrigações por transações de pagamento	120.300	12.375
Provisão para pagamentos a efetuar	34.581	35.825
Credores diversos no país	19.653	54.070
Outras	-	472
Total do circulante	<u>360.005</u>	<u>305.851</u>
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (nota 23b)	142.506	137.573
Provisão para garantias prestadas (nota 22)	718	641
Credores diversos no país	45	-
Total do exigível a longo prazo	<u>143.269</u>	<u>138.214</u>
Total	<u>503.274</u>	<u>444.065</u>

(i) Refere-se substancialmente a cartões "pré-pagos" (Visa Travel Money).

(1) Conforme Carta-Circular nº 3.951/19, os saldos relativos a contas de pagamento pré-pagas foram reclassificados para a rubrica "Outros depósitos".

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Valores correntes	(50.400)	(49.458)
IR e CSLL no País – Corrente	(50.400)	(49.458)
Valores diferidos	13.577	6.697
Ativo fiscal diferido	13.577	6.697
Prejuízos fiscais/ Bases negativas de CSLL	354	-
Diferenças temporárias	13.223	6.697
Total	<u>(36.823)</u>	<u>(42.761)</u>

b) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado Antes dos tributos e participações	118.249	109.419
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20% em 2018 e 15% em 2019)	(47.666)	(49.140)
Encargos sobre JCP	3.894	7.600
Participação de empregados no lucro	2.665	1.921
Outros valores	4.284	(3.142)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	<u>(36.823)</u>	<u>(42.761)</u>



c) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Descrição	Saldo			Saldo 31/12/2019
	31/12/2018	Constituição	Realização	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.249	13.429	(8.514)	24.164
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	29.091	2.286	(93)	31.284
Provisão para participações no lucro	1.147	3.238	(2.228)	2.157
Provisão para contingências	7.062	3.517	(2.743)	7.836
Prejuízos fiscais e base negativa	-	884	(529)	355
Outras	7.788	12.422	(8.111)	12.099
Total	64.337	35.776	(22.218)	77.895

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. O Grupo Rendimento não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuro para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.757	3.683	483	241	-	24.164
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	31.284	31.284
Provisão para participações no lucro	2.157	-	-	-	-	2.157
Provisão para contingências	164	2.774	1.773	2.670	455	7.836
Prejuízos fiscais e base negativa	355	-	-	-	-	355
Outras	12.099	-	-	-	-	12.099
Total	34.532	6.457	2.256	2.911	31.739	77.895
Valor presente	33.012	6.169	2.141	2.746	29.815	73.883

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 73.883, utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



15. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

	2019		2018	
	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)
Certificado de depósito bancário	(142.781)	(9.306)	(163.383)	(10.559)
Ades Investimentos e Participações Ltda.	(174)	(22)	(644)	(30)
Adm Venture Capital Ltda.	(1.112)	(22)	(413)	(27)
Mac Participações e Controladas	(106.219)	(7.040)	(133.519)	(8.157)
Rendimento Holding S.A.	(25)	(18)	(502)	(30)
Pessoas físicas	(34.570)	(2.189)	(28.121)	(2.308)
Outros	(681)	(15)	(184)	(8)
Depósitos à vista	(1.425)	-	(1.221)	-
Ades Investimentos e Participações Ltda.	(1)	-	-	-
Mac Participações e Controladas	(71)	-	(65)	-
Rendimento Holding S.A.	-	-	(4)	-
Pessoas físicas	(855)	-	(1.134)	-
Outros	(498)	-	(18)	-
Letras de crédito do agronegócio	-	-	(1)	(85)
Pessoas físicas	-	-	(1)	(85)
Letras de crédito imobiliário	(25.141)	(1.471)	(20.263)	(1.170)
Pessoas físicas	(25.141)	(1.471)	(20.263)	(1.170)

b) Remuneração da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social das empresas do Grupo Rendimento. Incorreram os seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2019	2018
Remuneração fixa no exercício	8.820	8.384
Remuneração variável no exercício	1.480	1.328
Encargos sociais	2.103	1.940
Total	12.403	11.652

O Grupo Rendimento não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.



16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social do Banco Rendimento (instituição líder), totalmente integralizado é de R\$ 230.000, é representado por 149.118 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 74.559 ordinárias e 74.559 preferenciais.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de janeiro de 2019, foi aprovado o aumento de capital social no Banco Rendimento através da incorporação de reserva legal R\$ 5.851, incorporação de reserva especial de lucros R\$ 72.148 e mediante a emissão de 24.094 novas ações ao preço unitário de R\$ 1.852,36 totalizando R\$ 44.631. O aumento do capital social foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 14 de fevereiro de 2019.

Em 18 de outubro de 2018 a Rendimento Holding S.A. e a BS Holding Financeira Ltda. (anteriormente denominada PagueSeguro Holding Financeira Ltda), celebraram contrato de compra e venda do BBN Banco Brasileiro de Negócios S.A. com a transferência de riscos e benefícios em 4 de janeiro de 2019 pelo valor de R\$ 58.820.

O capital social de não controladores é de R\$ 26.068 e está constituído por 1.938.534 ações, sendo 969.267 ordinárias, 969.267 preferenciais e 6.000.000 cotas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria, mediante assembleia geral dos acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 19.283 referente aos lucros acumulados de exercícios anteriores (R\$ 14.370 em 2018).

No exercício de 2019, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 9.780 referente aos lucros acumulados (R\$ 17.040 em 2018), calculados com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R\$ 3.894 (R\$ 3.569 em 2018).



c) Reservas de lucros

Reserva Legal: o Grupo Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras Reservas: composta por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária.

A Administração possui plano e aval da assembleia caso as reservas de lucros excedam o valor de capital.

17. Receitas de prestação de serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Câmbio	50.475	38.322
Cartões	19.963	27.085
Arrecadações	19.709	18.673
Transações de pagamento	13.473	6.208
Serviços bancários	16.444	4.922
Pagadoria	3.561	3.114
Cobrança	2.717	2.533
Garantias prestadas	1.548	1.711
Outros serviços	2.105	1.394
Total	<u>129.995</u>	<u>103.962</u>

18. Despesa de pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Proventos	99.557	90.091
Encargos sociais	37.124	32.506
Benefícios	32.536	29.514
Honorários	11.279	10.262
Outras	1.658	2.439
Total	<u>182.154</u>	<u>164.812</u>

19. Outras despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Transportes	39.716	36.101
Serviços do sistema financeiro	21.198	20.583
Aluguéis	18.431	16.758
Processamento de dados	18.348	16.542
Depreciações/amortizações	4.996	5.468
Serviços técnicos especializados	5.484	5.724
Serviços de terceiros	4.475	3.923
Condomínio	3.692	3.541
Comunicações	3.560	3.631
Vigilância e segurança	2.478	2.380
Manutenção e conservação de bens	2.341	2.278
Contribuições filantrópicas	2.815	2.729
Outras	6.983	6.138
Total	<u>134.517</u>	<u>125.796</u>



20. Despesas tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
COFINS	23.521	21.284
ISS	5.471	4.115
PIS	3.925	3.577
Outras	4.100	3.251
Total	<u>37.017</u>	<u>32.227</u>

21. Outras despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Convênios operacionais	46.411	32.297
Custódia	16.482	18.952
Processamento	13.672	13.150
Contingências (i)	5.434	7.542
Atualização monetária de contingências	4.449	4.727
Despesa com numerários	2.312	2.021
Taxa de aquisição	2.064	1.020
Verbas de incentivos	574	1.653
Outras contingências	5.670	-
Outras	7.259	5.693
Total	<u>104.327</u>	<u>87.054</u>

(i) Na rubrica "contingências", estão registrados as despesas de contingências cíveis/fiscais/trabalhistas.

22. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2019, correspondiam a R\$ 119.005 (R\$ 64.851 em 2018) com provisão para perdas no montante de R\$ 718 (R\$ 641 em 2018).

23. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existiam processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.



(iii) Provisões fiscais - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 78.166;
- Contestação quanto à base de receitas de operações de avais e fianças e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 3.724.

As movimentações das provisões para contingências, obrigações legais e depósitos judiciais ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	2019	2018
				Total	Total
Provisão para contingências					
Saldo inicial	126.651	9.729	1.193	137.573	130.243
Constituições/reversões	5.273	3.663	905	9.841	10.860
Pagamentos	-	(4.526)	(382)	(4.908)	(3.530)
Saldo final	131.924	8.866	1.716	142.506	137.573
Depósitos Judiciais					
Saldo inicial	129.468	4.431	1.037	134.936	127.530
Constituições/reversões	4.746	2.262	404	7.412	9.153
Realizações	-	(1.994)	(485)	(2.479)	(1.747)
Saldo final	134.214	4.699	956	139.869	134.936

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2019, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- Contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de Santo André, no montante de R\$ 654.
- Contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de São Paulo, no montante de R\$ 1.711.
- Por 20 processos trabalhistas totalizando R\$ 6.148 referentes a hora extra e vínculo trabalhista com o Banco Rendimento.
- Por 31 processos de natureza cível que somam R\$ 892, e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeiras e indenização por danos morais.



Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo Rendimento.

24. Gestão de Riscos e de Capital

O gerenciamento de riscos no Conglomerado Rendimento é de responsabilidade da área de riscos com definição das atividades e processos alinhados às melhores práticas, buscando aderência às disposições legais e a processos efetivos de controles.

a) Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional encontra-se condizente com as atividades e negócios realizados no Banco e estruturado por um conjunto de procedimentos, processos e meios informáticos, os quais viabilizam o contínuo monitoramento e controle.

Com base nesse modelo de gestão torna-se possível identificar e analisar os eventos e incidentes vinculados a fraudes, descontinuidade de negócios, falhas tecnológicas, processos inadequados em sistemas, falhas humanas e/ou de exposição a eventos externos. Considera-se também como relevante o cumprimento do arcabouço legal que, em função de falha na aderência regulatória, pode impactar na continuidade dos negócios e imagem do Banco, bem como na aplicação de sanções pelo regulador e possíveis reparações a terceiros decorrentes das atividades.

O modelo de gestão adotado baseia-se nas três linhas de defesa, compostas pela área de negócios, riscos e controle e auditoria interna, respectivamente, as quais são apoiadas por políticas e definições de papéis, cujas funções de riscos e controle em operação, nas diferentes linhas, passam pelo compartilhamento de conhecimentos e informações com o objetivo de poder auxiliar todas as funções para o melhor desempenho dos respectivos papéis.

b) Risco de Mercado

A gestão de risco de mercado adota as políticas internas e as diretrizes aprovadas pela Alta Administração, através de controles eficientes capazes de identificar, monitorar e mitigar situações de riscos associados a perdas, nas posições detidas pela Instituição, decorrentes das oscilações dos dados de mercado (taxas de juros, índices de preços, cupons cambiais e variação cambial).

São realizados testes de estresse, sobre o fluxo de ativos e passivos das operações, contemplando o pior resultado histórico dos indicadores, através da utilização de metodologias de apuração de cenários, de alta e de baixa, com base em dados divulgados por central qualificada.



c) Risco de Liquidez

No tocante à gestão de risco de liquidez os níveis de caixa são submetidos a contínuo acompanhamento e monitoramento diário, das posições ativas e passivas e das exposições contingentes em cenários de estresse, com a adoção de limites mínimos de liquidez, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura.

A área de risco compartilha informações com a Administração, tesouraria e áreas de negócios, através de relatórios sobre a composição do limite mínimo de caixa, considerando a alavancagem das posições em relação ao patrimônio de referência e o fluxo de pagamentos/recebimentos, por data de vencimento, em um horizonte de dois anos.

d) Risco de Crédito

A Política de Gestão de Risco de Crédito visa manter rentabilidade mínima que compense possível risco de inadimplência do tomador e fundamenta-se na exigência de garantias que sejam compatíveis com a exposição e capacidade financeira do cliente em honrar os compromissos de créditos contratados.

No processo de concessão de crédito são consideradas as seguintes condições na avaliação do tomador ou contraparte: i) suas obrigações financeiras nos termos pactuados; ii) desvalorização de contrato de crédito; iii) redução de ganhos ou remunerações em função do risco na exposição; e iv) vantagens concedidas ao cliente na renegociação ou reestruturação das operações.

As diretrizes definidas na política de crédito garantem maior eficiência e otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões são avaliadas em comitê de acordo com os limites de alçada e análise econômico-financeira do cliente, visando garantir a criteriosa observância ao risco das operações, dotada de medidas corretivas e de planos de ação que possibilitem a identificação e mitigação de possíveis perdas ou riscos de crédito.

e) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é realizado através da utilização de mecanismos de monitoramento e controle e com a elaboração do plano de capital e tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado ao crescimento dos negócios, a partir das perspectivas econômicas e regulatórias.

Com a utilização de ferramentas adequadas aos modelos de controle e aderentes às práticas de mercado, são realizadas projeções de receitas, despesas e das posições patrimoniais, em bases consolidadas constantes do Conglomerado Prudencial. No plano de capital são apresentadas as expectativas do triênio e estimada a compatibilidade futura do índice de Basileia, por meio de simulações de cenários de estresse visando a avaliação do nível de capital.



f) Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

O Grupo Rendimento conta com instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento nas operações com clientes, fornecedores e parceiros, através de seus produtos e serviços, buscando prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo.

A participação da Administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo, está embasada na adoção de políticas transparentes, programa de treinamento de funcionários e melhores práticas, assegurando o efetivo cumprimento das rotinas de controle, monitoramento e identificação tempestiva de operações atípicas. Esse modelo de gestão possibilita a sinergia entre as áreas de negócios e de controle, através do contínuo acompanhamento e conformidade ao dispositivo legal, visando evitar o uso da estrutura do Grupo para fins ilícitos.

g) Responsabilidade Socioambiental

Para a gestão do Risco Socioambiental são estabelecidos princípios e diretrizes, nos termos definidos na Resolução nº 4.327/14, cujos mecanismos de gestão das práticas de controle, identificação e mitigação dos riscos socioambientais, principalmente na concessão de crédito, visam contemplar procedimentos que devem ser observados nas relações de trabalho, com o mercado, clientes, fornecedores e público interno.

Nas avaliações de clientes e operações são considerados os fundamentos da Lei Anticorrupção, como um elemento de responsabilidade social, dando ênfase aos padrões éticos e fazendo-se compor das análises de Compliance e dos controles na apuração dos riscos ligados a danos socioambientais, independentemente dos riscos legais, tributários, de imagem e corrupção que trazem intrínseca relação.

Por conta disso, consideramos nas relações contratuais e análises de Compliance questões associadas ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, dentre outros inerentes ao tema, visando, com isso, a apuração dos riscos ligados a danos socioambientais.

Com o envolvimento das diretorias e gestores, encontram-se definidas diretrizes, visando possibilitar o conhecimento e disseminação a todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a importância no cotidiano de cada colaborador e sua efetiva aplicabilidade nas relações de trabalho e de negócios.

h) Risco Reputacional

A gestão do risco reputacional no Grupo Rendimento tem por objetivo estabelecer níveis adequados de supervisão sobre possíveis impactos econômicos, negativos, na condução dos negócios para os quais estão envolvidos o corpo funcional, parceiros, clientes e acionistas.



A política e os procedimentos bem como o monitoramento e identificação desse risco tem como premissa a percepção da primeira linha de defesa, reportada para a área de gestão de riscos e compliance, visando possibilitar a adoção de medidas mitigatórias e tornar mais eficiente a gestão e o controle desses riscos alinhados às expectativas dos grupos de interesse e sua aderência aos requerimentos legais.

i) Segurança da Informação

O Grupo Rendimento tem como prioridade seguir regulamentações legais e mantém implementados mecanismos de proteção aderentes às melhores práticas, por meio de um conjunto de controles, representados por procedimentos, processos, estruturas organizacionais, políticas, normas e soluções de tecnologia da informação, com monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia.

A área de Segurança da Informação trabalha continuamente para melhorar a estratégia de Segurança Cibernética e de Proteção de Dados, de forma a mitigar os riscos e proteger a Grupo e seus clientes de ameaças e vulnerabilidades que possam comprometer a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações.

27. Limites operacionais

Os requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência, do Nível I e do Capital Principal, são apurados com base no Conglomerado Prudencial, de acordo com a Resolução nº 4.280/13, através de metodologias definidas nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13.

O Patrimônio de Referência para dezembro de 2019 apresentou montante de R\$ 327.562 (R\$ 291.655 – dezembro 2018), considerados os ajustes prudenciais cujo consumo de créditos tributários representou maior relevância nas deduções ao capital Nível I, compensadas pelo lucro líquido do Conglomerado de R\$ 74.763 (R\$ 62.388 – dezembro 2018). O ativo ponderado pelo risco (RWA) apresentou montante de R\$ 2.313.154 (R\$ 2.052.778 – dezembro 2018).

	2019	2018
Patrimônio de Referência – PR	327.562	291.655
Ativo Ponderado pelo Risco	2.313.154	2.052.778
Risco de crédito – RWA_{CPAD}	1.825.120	1.437.999
Risco de mercado – RWA_{MPAD}	87.250	71.847
Risco de exposição cambial – RWA_{CAM}	75.131	47.162
Risco de taxas de juros – RWA_{JUR1}	1.378	1.322
Risco de cupom de moedas – RWA_{JUR2}	10.741	23.363
Risco operacional – RWA_{OPAD}	400.785	542.932
Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA	254.447	177.052
Margem sobre o PR considerando a R_{BAN}	142.428	113.922



O índice de Basileia atingiu 14,16% em 31.12.2019 (14,21 – 31.12.2018) apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial:

